



Renovação parcial e entrada em funções de nove novos Membros do Tribunal de Justiça

Por Decisões de 2 de setembro de 2020, 19 de fevereiro de 2021, 21 de abril de 2021, 2 de junho de 2021 e 7 de julho de 2021, os representantes dos Governos dos Estados-Membros da União Europeia renovaram, para o período compreendido entre 7 de outubro de 2021 e 6 de outubro de 2027, o mandato de sete juízes do Tribunal de Justiça, a saber, Koen Lenaerts, Lars Bay Larsen, Siniša Rodin, François Biltgen, Eugene Regan, Niilo Jääskinen e Küllike Jürimäe.

Por Decisões de 19 de fevereiro de 2021, 21 de abril de 2021, 2 de junho de 2021 e 7 de julho de 2021, foram nomeados na qualidade de juízes no Tribunal de Justiça, para o período compreendido entre 7 de outubro de 2021 e 6 de outubro de 2027, Maria Lourdes Arastey Sahún, em substituição de Rosario Silva de Lapuerta, Zoltán Csehi, em substituição de Endre Juhász, Octavia Spineanu-Matei, em substituição de Camelia Toader, Miroslav Gavalec em substituição de Daniel Šváby e Dimitrios Gratsias, em substituição de Michail Vilaras.

Por Decisões de 19 de fevereiro de 2021, 21 de abril de 2021 e 7 de julho de 2021, os representantes dos Governos dos Estados-Membros da União Europeia renovaram, para o período compreendido entre 7 de outubro de 2021 e 6 de outubro de 2027, o mandato de três advogados-gerais, a saber, Manuel Campos Sánchez-Bordona, Athanasios Rantos e Juliane Kokott.

Por Decisões de 21 de abril de 2021, 7 de julho de 2021 e 8 de setembro de 2021 foram nomeados na qualidade de advogados-gerais no Tribunal de Justiça, para o período compreendido entre 7 de outubro de 2021 e 6 de outubro de 2024, Anthony Michael Collins, em substituição de Gerard Hogan, e, para o período compreendido entre 7 de outubro de 2021 e 6 de outubro de 2027, Laila Medina, em substituição de Henrik Saugmandsgaard Øe, Nicholas Emiliou, em substituição de Michal Bobek e Tamara Čapeta, em substituição de Evgeni Tanchev.

Por ocasião, por um lado, da cessação de funções e da partida de Rosario Silva de Lapuerta, Michail Vilaras, Endre Juhász, Camelia Toader, Daniel Šváby, Henrik Saugmandsgaard Øe, Michal Bobek, Evgeni Tanchev e Gerard Hogan e, por outro, da prestação de juramento e da entrada em funções dos novos Membros da Instituição, realiza-se hoje uma audiência solene na sede do Tribunal de Justiça.

A audiência solene será transmitida em direto a partir das 17h30 no sítio acessível a partir da seguinte ligação: <http://c.connectedviews.com/01/LiveMeetings/cdj>

Apresentação dos novos Membros

Maria Lourdes Arastey Sahún

Juíza

Nascida em 1959 em Tarragona (Espanha), Maria Lourdes Arastey Sahún estudou na Universitat de Barcelona (Universidade de Barcelona, Espanha), onde obteve um diploma de Direito, antes de seguir, entre 1984 e 1985, uma formação profissional de magistratura na Escuela Judicial (Escola Nacional de Magistratura, Espanha).

Foi nomeada juíza no Juzgado de Distrito de Sant Feliu de Llobregat (Tribunal de Distrito de São Félix de Llobregat, Espanha) e no Juzgado de Distrito de Barcelona (Tribunal de Distrito de Barcelona, Espanha) entre 1985 e 1989. Em 1989, foi colocada durante um ano no Juzgado de lo Social no 7 de Barcelona (Tribunal do Trabalho e da Segurança Social n.º 7 de Barcelona, Espanha), tendo em seguida integrado a Secção Social do Tribunal Superior de Justicia de Cataluña (Tribunal Superior de Justiça da Catalunha, Espanha), na qual exerceu funções até 2009. Foi nomeada juíza no Tribunal Supremo (Supremo Tribunal, Espanha) a partir de 2009. Entre 2013 e 2021, exerceu igualmente funções de juíza no Tribunal Administrativo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (Bruxelas, Bélgica).

Em paralelo com a sua carreira judicial, Maria Lourdes Arastey Sahún dedicou-se a atividades de ensino. De 1998 a 2008, deu aulas na qualidade de professora associada em Direito do Trabalho e da Segurança Social na Universitat de Barcelona. Foi igualmente professora em centros nacionais de estudos judiciais, nomeadamente em Espanha (de forma regular), na Bulgária (2008) e na Roménia (2008), bem como na Escola Juan Carlos I da América Central e das Caraíbas (2006). Maria Lourdes Arastey Sahún é conferencista e participa em seminários em numerosas universidades. Fez parte de vários órgãos que operam nomeadamente nos domínios do Direito da União, da formação e do exame das competências dos juízes, bem como no domínio dos modos alternativos de resolução de conflitos.

Maria Lourdes Arastey Sahún foi nomeada juíza no Tribunal de Justiça em 7 de outubro de 2021.

Zoltán Csehi

Juiz

Nascido em 1965 em Budapeste (Hungria), Zoltán Csehi obteve um diploma de Direito na Eötvös Loránd Tudományegyetem (Universidade de Loránd Eötvös, Hungria) em 1990 e um Master of Laws na Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg (Universidade Ruprecht Karl de Heidelberg, Alemanha) em 1991. Prosseguiu os seus estudos com um doutoramento na Eötvös Loránd Tudományegyetem, tendo defendido a sua tese de Direito em 2004. É igualmente titular de um diploma em História da Arte, que obteve na Eötvös Loránd Tudományegyetem em 1992.

Inscrito como advogado em Budapeste, exerceu estas funções na Hungria entre 1995 e 2016. Em paralelo à sua atividade de advogado, foi designado árbitro no Pénz és Tőkepiaci Állandó Választottbíróság (Tribunal Permanente de Arbitragem dos Mercados Financeiros e dos Mercados de Capitais, Hungria) e árbitro *ad hoc*, de 2004 a 2016.

Por outro lado, Zoltán Csehi dedicou-se ao ensino do Direito. Foi professor associado, de 1991 a 2005, e em seguida professor, de 2005 a 2016, na Eötvös Loránd Tudományegyetem. Deu igualmente aulas na Pázmány Péter Katolikus Egyetem (Universidade Católica Péter Pázmány, Hungria), na qualidade de chefe do Departamento de Direito Comercial de 2007 a 2013, e como professor a partir de 2013. Aí exerceu em seguida as funções de chefe do Departamento de Direito Privado e Comercial de 2013 a 2016, e de professor de investigação em Direito Privado e Comercial a partir de 2017, bem como de chefe do Departamento de Direito Civil a partir de 2018. É, desde 2013, professor convidado da Université catholique de Lyon (Universidade Católica de Lyon, França).

Zoltán Csehi foi nomeado juiz no Tribunal Geral em 13 de abril de 2016. Aqui exerceu estas funções durante cinco anos antes de ser nomeado juiz no Tribunal de Justiça a partir de 7 de outubro de 2021.

Octavia Spineanu-Matei

Juíza

Nascida em 1967 em Vălenii de Munte (Roménia), Octavia Spineanu-Matei obteve um diploma em Direito na Universitatea Alexandru Ioan Cuza din Iași (Universidade Alexandru Ioan Cuza, Roménia) (diploma de mérito) em 1990 e um doutoramento em Direito na Academia de Poliție «Alexandru Ioan Cuza» (Academia de Polícia «Alexandru Ioan Cuza», Roménia) em 1999.

Iniciou a sua carreira profissional em 1991 como juíza no Judecătoria sectorului 4 București (Tribunal de Primeira Instância do 4.º Setor de Bucareste, Roménia), onde exerceu estas funções até 1996. Entre 1996 e 1999, exerceu funções de juiz no Tribunalul București (Tribunal Regional de Bucareste, Roménia), de cuja Secção Cível foi presidente entre 1997 e 1999. Depois de ter integrado a Curtea de Apel București (Tribunal de Recurso de Bucareste, Roménia) como juíza entre 1999 e 2005, e de presidente da Secção Cível entre 1999 e 2003, foi nomeada juíza na Înalta Curte de Casație și Justiție (Tribunal Superior de Cassação e de Justiça, Roménia) de 2006 a 2016.

Entre 2006 e 2016, Octavia Spineanu-Matei foi designada membro externo da Grande Secção de Recurso do Instituto Europeu de Patentes em Munique (Alemanha).

Dedica-se igualmente desde 1997 à formação dos magistrados e dos auditores de justiça romenos na qualidade de formadora no Institutul Național al Magistraturii (Instituto Nacional da magistratura, Roménia), de cujo Conselho Científico é igualmente membro e, entre 2011 e 2016, diretora. Por outro lado, fez parte do Conselho de Direção da Școala Națională de Grefieri (Escola Nacional dos Secretários Judiciais, Roménia). De 2012 a 2016, foi membro do Conselho da Escola Doutoral da Universitatea din București (Universidade de Bucareste, Roménia). Coautora de várias obras e autora de numerosos artigos no domínio jurídico, intervém regularmente em conferências nacionais e internacionais.

Octavia Spineanu-Matei foi nomeada juíza no Tribunal Geral em 19 de setembro de 2016. Aí exerceu funções durante cinco anos, antes de ser nomeada juíza no Tribunal de Justiça em 7 de outubro de 2021.

Miroslav Gavalec

Juiz

Nascido em 1961 em Zlín (Checoslováquia), Miroslav Gavalec obteve inicialmente um diploma de Engenharia Mecânica nos domínios das máquinas térmicas e dos equipamentos nucleares na České vysoké učení technické v Praze (Universidade Politécnica de Praga, Checoslováquia), tendo exercido diversas funções no setor nuclear entre 1986 e 1991.

O seu interesse pelas Ciências Sociais levou-o a efetuar, de 1990 a 1995, estudos de Direito na Univerzita Komenského v Bratislave (Universidade Comenius de Bratislava, Eslováquia), onde em 1995 obteve um diploma de Direito «Magister» e em seguida, em 2010, o grau de doutor em Direito (PhD).

Em 2001, foi nomeado juiz em processos de Direito Comercial e de Direito da Família e juiz de Contencioso Administrativo no Okresný súd Bratislava III (Tribunal de Primeira Instância de Bratislava III, Eslováquia). Aqui permaneceu até 2005, ano em que entrou para o Najvyšší súd Slovenskej republiky (Supremo Tribunal da República da Eslováquia), no qual foi inicialmente juiz da Secção Administrativa e, a partir de 2009, presidente da Primeira Secção Administrativa.

Em paralelo com a sua carreira judiciária, Miroslav Gavalec dedicou-se igualmente ao ensino. Entre 2005 e 2011, foi professor no Instituto de Ciências Económicas e de Gestão da Paneurópska vysoká škola (Escola Superior Pan-Europeia, Eslováquia). De 2006 a 2014, foi professor nos Institutos de Direito Administrativo e de Direito Privado da Paneurópska vysoká škola.

Miroslav Gavalec foi, por outro lado, membro do Fórum dos Juízes da União Europeia para o Ambiente, de 2005 a 2020, e fez parte, entre 2006 e 2015, da Associação Europeia dos Juízes Administrativos.

Miroslav Gavalec foi nomeado juiz no Tribunal de Justiça em 7 de outubro de 2021.

Dimitrios Gratsias

Juiz

Nascido em 1957 em Atenas (Grécia), Dimitrios Gratsias obteve o diploma de Direito na Ethniko kai Kapodistriako Panepistimio Athinon (Universidade Nacional Capodistrianiana de Atenas, Grécia) em 1980, bem como um Diploma de Estudos Aprofundados (DEA) em Direito Público na université de Paris I, Panthéon-Sorbonne (Universidade Paris I, Panthéon Sorbonne, França) em 1981. No ano seguinte, o Centre universitaire d'études communautaires et européennes (universités Paris I et II) (Centro Universitário de Estudos Comunitários e Europeus, Universidades Paris I e II, França) conferiu-lhe um certificado de estudos em Direito Comunitário.

Em 1985, D. Gratsias iniciou a sua carreira no Symvoulío tis Epikrateias (Conselho de Estado, Grécia), onde assumiu as funções de auditor até 1992. Foi em seguida nomeado, em 1992, juiz, e, em 2005, juiz conselheiro. Em paralelo com estas funções, foi designado membro associado do Anotato Eidiko Dikastirio (Supremo Tribunal Especial, Grécia) durante dois anos (1998-1999) e foi juiz em 2006, no Eidiko Dikastirio Agogon Kakodikias (Tribunal Especial em Matéria de Responsabilidade Civil dos Magistrados, Grécia). Em 2008, foi membro do Anotato Dikastiko Symvoulío Dioikitikis Dikaiosisinis (Conselho Superior da Magistratura Administrativa, Grécia). Durante o ano judiciário 2009-2010, exerceu as funções de inspetor dos tribunais administrativos.

Entre 1994 e 1996, D. Gratsias exerceu no Tribunal de Justiça funções de referendário no gabinete do advogado geral Georges Cosmas.

D. Gratsias foi juiz no Tribunal Geral entre 25 de outubro de 2010 e 6 de outubro de 2021 e exerceu as funções de presidente de Secção em dois mandatos sucessivos, de 18 de setembro de 2013 a 30 de setembro de 2019. É juiz no Tribunal de Justiça desde 7 de outubro de 2021.

Anthony Michael Collins

Advogado-Geral

Nascido em 1960 em New Haven (Estados Unidos), Anthony Michael Collins obteve um diploma em Ciências Jurídicas no Trinity College Dublin (Irlanda) em 1984 e o diploma de Barrister-at-law na Honourable Society of King's Inns (Dublim, Irlanda) em 1986.

Exerceu a sua carreira profissional na Irlanda como Barrister-at-law, de 1986 a 1990 e de 1997 a 2003, e em seguida, na qualidade de Senior Counsel, de 2003 a 2013. Suspendeu temporariamente a sua atividade de Barrister-at-law entre 1990 e 1997 para exercer no Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias as funções de referendário dos juízes Thomas Francis O'Higgins (de 1990 a 1991) e John L. Murray (de 1991 a 1997). Foi designado membro da delegação permanente do Conselho das Ordens Europeias (CCBE) junto do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA) entre 2006 e 2013. Por

outro lado, é professor associado de Direito da União desde 2015 no University College Cork (Instituto Universitário de Cork, Irlanda). É autor de numerosas publicações e obras de Direito Administrativo irlandês e de Direito da União.

Anthony Michael Collins foi nomeado juiz no Tribunal Geral em 16 de setembro de 2013 e aí desempenhou, no âmbito de dois mandatos que lhe foram confiados, as funções de presidente de secção a partir de 21 de setembro de 2016.

É advogado-geral no Tribunal de Justiça desde 7 de outubro de 2021.

Laila Medina

Advogada-Geral

Nascida em 1971 em Jelgava (Letónia), Laila Medina foi aluna do IMO International Maritime Law Institute (OMI Instituto de Direito Marítimo Internacional, Malta), no qual obteve um *Master* em Direito Marítimo Internacional em 1995. Em 1996, obteve o certificado de aptidão para o exercício da profissão de advogada na Latvijas Universitāte (Universidade da Letónia). Mais tarde, em 2002, obteve um *Master* em Direito da União na Rīgas Juridiskā augstskola (Escola Superior de Direito de Riga, Letónia).

Integrou, a partir de 1995, os serviços do Ministério dos Transportes letão como chefe da Divisão Jurídica e diretora adjunta do Departamento Marítimo. Aqui exerceu funções até 2002, ano em que foi nomeada, neste ministério, para as funções de conselheira do Secretário de Estado para os Assuntos Europeus.

De 2004 a 2005, Laila Medina desempenhou as funções de chefe adjunta do Serviço dos Assuntos Europeus na Chancelaria de Estado da República da Letónia.

Em 2005, entrou para os quadros do Ministério da Justiça letão na qualidade de diretora do Departamento de Planificação das Políticas. Assumiu no Ministério da Justiça, a partir de 2006, as funções de Secretária de Estado adjunta para a política setorial, e entre 2009 e 2021 as funções de Secretária de Estado adjunta para a Política Jurídica.

Laila Medina também desenvolveu uma parte da sua carreira na área do ensino. Entre 1998 e 2006, foi professora de Direito Europeu e de Direito Institucional da União Europeia na Valsts administrācijas skola (Escola da Administração Pública, Letónia). Em 2012, ministrou formações, a magistrados e a notários, dedicadas ao Regulamento Roma III. Por último, a partir de 2008, foi membro do Conselho da Faculdade de Direito da Biznesa augstskola Turība (Escola Superior de Comércio «Turība», Letónia).

Laila Medina foi nomeada advogada-geral no Tribunal de Justiça em 7 de outubro de 2021.

Nicholas Emiliou

Advogado-Geral

Nascido em Famagusta (Chipre), Nicholas Emiliou frequentou a Ethnikó ke Kapodistriakó Panepistímio Athinón (Universidade Nacional Capodistriana de Atenas, Grécia), onde obteve um diploma em Direito em 1986. Prosseguiu os seus estudos na London School of Economics and Political Science (Escola de Economia e de Ciências Políticas de Londres, Reino Unido), onde obteve um *Master* em Direito Europeu em 1987. Em 1991, doutorou-se em Direito na University College London (University College de Londres, Reino Unido).

Foi nesta universidade que iniciou a sua carreira universitária como investigador adjunto, entre 1988 e 1991. Ensinou em seguida Direito Europeu na University of Southampton (Universidade de Southampton, Reino Unido) de 1991 a 1993, e posteriormente na Queen Mary and Westfield College, University of London (Faculdade Queen Mary and Westfield, Universidade de Londres, Reino Unido), de 1993 a 1994. Entre 1995 e 1997, foi titular da cátedra Jean Monnet em Integração Europeia na University of Durham (Universidade de Durham, Reino Unido). Entre 1994 e 1997, em paralelo com estas atividades, Nicolas Emiliou foi diretor honorário de investigação (Honouring Senior Research Fellow) da University College London e conselheiro especial do ministro dos Negócios Estrangeiros de Chipre.

Entre 1997 e 1998, foi ministro plenipotenciário no Departamento da União Europeia do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Chipre e, de 1998 a 1999, delegado permanente adjunto da República de Chipre junto da União Europeia.

Entre 1999 e 2002, Nicholas Emiliou foi embaixador plenipotenciário e extraordinário da República de Chipre na Irlanda.

Entre 2002 e 2004, exerceu a função de representante permanente da República de Chipre junto do Conselho da Europa e representante do Governo de Chipre nos processos intentados no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Em 2004, foi nomeado representante permanente da República de Chipre junto da União Europeia e exerceu estas funções até 2008.

Nicholas Emiliou foi então designado secretário permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Chipre, funções que assumiu até 2012.

Entre 2012 e 2017, exerceu funções de representante permanente da República de Chipre junto das Nações Unidas em Nova Iorque, antes de ser novamente chamado a exercer as funções de representante permanente da República de Chipre junto da União Europeia, de 2017 a 2021. Além disso, fez parte do Grupo de Árbitros do Tribunal Permanente de Arbitragem em Haia (Países Baixos), de 1995 a 2016.

Nicholas Emiliou foi nomeado advogado-geral no Tribunal de Justiça em 7 de outubro de 2021.

Tamara Čapeta

Advogada-Geral

Nascida em 1967 em Zagreb (Croácia), Tamara Čapeta iniciou os seus estudos na Sveučilište u Zagrebu (Universidade de Zagreb, Croácia). Nesta obteve um diploma em Direito em 1991, tendo prosseguido os seus estudos no Colégio da Europa de Bruges (Bélgica), onde em 1993 obteve um *Master* em Estudos Europeus Avançados. Regressada à Sveučilište u Zagrebu, aí redigiu a sua tese de doutoramento, que concluiu em 2001, tendo-lhe sido atribuído o título de doutor em Direito.

Tamara Čapeta iniciou a sua carreira profissional em 1992 como funcionária pública no Ministério dos Negócios Estrangeiros croata, no Departamento para a Integração Europeia e no Departamento das Agências da ONU com sede na Europa. Entre 1994 e 1997, efetuou trabalho de investigação sobre o processo de integração europeia no Institut za razvoj i međunarodne odnose (Instituto para o Desenvolvimento e para as Relações Internacionais, Croácia).

Iniciou uma carreira universitária em 1997, na qualidade de assistente universitária no Departamento de Direito Comercial e de Comércio Internacional da Faculdade de Economia da Sveučilište u Zagrebu. É desde 2002 professora na Faculdade de Direito da Sveučilište u Zagrebu, onde foi um dos membros fundadores do Departamento de Direito Público Europeu.

De 2013 a 2014, Tamara Čapeta foi chefe da Unidade de tradução de língua croata da Direção Geral do Multilinguismo do Tribunal de Justiça da União Europeia, tendo posteriormente retomado

a sua atividade de ensino na Sveučilište u Zagrebu, onde de 2015 a 2021 foi chefe do Departamento de Direito Público Europeu e diretora do Programa de Estudos de Terceiro Ciclo em Direito Europeu. Fundadora, em 2018, do Centro de Excelência Jean Monnet, que se dedica à investigação sobre o Estado de Direito, assumiu as funções de coordenadora deste último entre 2018 e 2021.

Tamara Čapeta é autora de numerosas publicações no domínio do Direito da União. Fundou uma revista internacional em Direito da União, a única atualmente existente na Croácia, de que foi igualmente chefe de redação de 2010 a 2015. Em paralelo com a sua atividade de ensino na Sveučilište u Zagrebu, foi, entre 2005 e 2010, professora convidada em Direito da União no Programa de Intercâmbios da Faculdade de Direito da Indiana University (Universidade de Indiana, Estados Unidos) e em seguida, em 2016, na University of Pittsburgh (Universidade de Pittsburgh, Estados Unidos) e na Zhōngguó Zhèngfǎ Dàxué (Universidade Chinesa de Ciências Políticas e de Direito, China). Deu também aulas a juízes e a funcionários públicos croatas no âmbito de programas de formação contínua em Direito da União, organizados pela Pravosudna akademija (Academia Judiciária, Croácia) e pela Državna škola za javnu upravu (Escola de Estado de Administração Pública, Croácia).

Em 2020, um comité misto da União Europeia nomeou Tamara Čapeta membro do Grupo Especial de Arbitragem previsto no Acordo de Retirada do Reino Unido, funções a que renunciou na sequência da sua nomeação como advogada geral no Tribunal de Justiça.

Tamara Čapeta foi nomeada advogada-geral no Tribunal de Justiça em 7 de outubro de 2021.

Contacto Imprensa: Cristina López Roca ☎ (+352) 4303 3667